



ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER Nº 194/2022

Vem a esta Assessoria Jurídica, para exame e parecer, processo administrativo de inexigibilidade de Chamamento Público nº. 05/2022, conforme preconiza o artigo 31 da Lei nº. 13.019/2014 e alterações posteriores.

O presente caso versa sobre solicitação de parceria com “O clube da Terceira Idade o Tempo Não Para”, objetivando promover o lazer, a cultura e a arte, entre os associados, bem como promover o fortalecimento do bem-estar social das pessoas idosas, integração e representação em diversos Municípios.

Passo às considerações.

Com efeito, a Administração Pública está vinculada aos princípios da isonomia, impessoalidade e da economicidade. Neste sentido, é evidente que caberá ao Poder Público, justificar a decisão.

No caso do processo administrativo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº. 05/2022, foram acostados todos os documentos necessários, tais como parecer técnico, plano de trabalho, além do cumprimento de todos os demais procedimentos necessários e legais exigidos.

E o artigo 31 da lei nº. 13.019/2014 reza que:

“Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas

Q



somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

[...]"

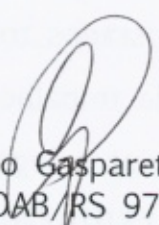
Assim sendo, considerando a inexistência no Município de Tucunduva de entidade similar, entendo que a situação se enquadra no dispositivo anterior, em função da inviabilidade de competição. Ademais, verifica-se o relevante interesse público na efetivação da parceria, haja vista a necessidade de fomentar o desenvolvimento social das pessoas idosas.

Dessa forma, pelas razões acima expostas, a Assessoria Jurídica opina pela viabilidade da formalização da parceria, com fundamento no art. 31 da Lei nº. 13.019/2014.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Contudo, à apreciação Superior.

Tucunduva/RS, 09 de novembro de 2022.


Cristiano Gaspareto Pinheiro
OAB/RS 97.491
Assessor Jurídico Municipal